

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**RIGER – RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES
GERENCIAIS**

**SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO,
COORDENAÇÃO E FINANÇAS
(SGPCF)**





**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ano: 2024

Setorial – 2. Semestre

DADOS REFERENCIAIS DA UNIDADE EMISSORA DO RIGER	
DENOMINAÇÃO:	SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS - SGPCF
ESTRUTURA:	https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/secretarias-gerais/sgpcf
E-MAIL:	sgpcf.gbpcf@tjrj.jus.br



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sumário

1. Demonstrativos da Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça.....	5
1.1 - Execução Orçamentária do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ.	5
1.1.2 – Receita.....	5
1.1.2.1 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.760.232	5
1.1.2.2 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.501.230	5
1.1.3 – Despesa.....	5
1.1.3.1 – UG 036100 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.760.232	6
1.1.3.2 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.501.230	6
1.2 – Controle da Despesa Total com Pessoal.....	7
1.3 – Gastos com Benefícios.....	8
1.4 – Ações de Economicidade.....	8
2 – Principais Receitas do FETJ.....	10
3 – Plano de Ação Governamental – PAG.....	10
4 - Centro de Custos.....	12
4.1 - Custo por Exercício.....	12
4.2 – Custo por Processo.....	13
4.3 – Custo por Instância.....	14
4.3.1 – 1ª Instância.....	14
4.3.2 – 2ª Instância.....	15
4.4 – Custo Administrativo.....	16
5. Cobrança Administrativa.....	17
6. Políticas Institucionais.....	17
7. Racionalização da Prestação Jurisdicional.....	17
8. Ações Coordenadas.....	18
9. Planilhas de Indicadores – Estratégicos, Gerenciais e Operacionais.....	20
9.1 – Indicador Estratégico.....	20



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.2 – Indicadores Gerenciais	23
9.3 – Indicadores Operacionais	27



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. Demonstrativos da Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça.

1.1 - Execução Orçamentária do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ.

1.1.2 – Receita.

1.1.2.1 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.760.232

Tabela – Receitas

Período	2023		2024	
	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Correntes	1.326.133.000,00	1.920.585.904,13	1.733.031.000,00	1.990.084.774,96
Capital	-	771.000,00	-	-
TOTAL	1.326.133.000,00	1.921.356.904,13	1.733.031.000,00	1.990.084.774,96

1.1.2.2 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.501.230

Tabela – Receitas

Período	2023		2024	
	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Correntes	0,00 *	245.206.139,53	1.071.699.000,00	969.365.678,16
Capital	-	-	-	-
TOTAL	0,00	245.206.139,53	1.071.699.000,00	969.365.678,16

* Nota: A FR 1.501.230 ingressou no orçamento da UG 036100 somente a partir de dezembro/2023, com o advento da Lei Estadual nº 10.125/2023, razão pela qual não houve previsão orçamentária para o exercício de 2023.

1.1.3 – Despesa



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1.1.3.1 – UG 036100 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.760.232

Tabela - Fonte 1.760.232

FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
1.760.232	Custeio	1.386.425.000,00	1.356.425.000,00	1.201.613.217,76	1.056.020.057,55
	Investimento	346.106.000,00	376.106.000,00	181.338.195,24	151.929.269,14
	Inversão	500.000,00	500.000,00	-	-
	Total		1.733.031.000,00	1.733.031.000,00	1.382.951.413,00

Fonte: SIAFE-RIO / 2024- Fonte de Recursos - FR 1.760.232 Recursos próprios provenientes de Tributos

1.1.3.2 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.501.230

Tabela - Fonte 1.501.230

FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
1.501.230	Custeio	1.071.699.000,00	1.071.699.000,00	985.662.175,42	954.343.084,06
	Investimento	-	-	-	-
	Inversão	-	-	-	-



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

	Total	1.071.699.000,00	1.071.699.000,00	985.662.175,42	954.343.084,06
--	-------	------------------	------------------	----------------	----------------

Fonte: SIAFE-RIO /2024 - Fonte de Recursos - FR 1.501.230 Recursos próprios provenientes do Contrato pela Administração dos recursos relativos aos Depósitos Judiciais.

1.2 – Controle da Despesa Total com Pessoal

Período	(a) Receita Corrente Líquida Acumulada – R\$	(b) Despesa Líquida com Pessoal – R\$		% de (b) em relação a (a)
1º Quadrimestre 2023	88.124.953.386,50	Inativos	238.542.877,78	4,30
		Ativos	3.554.834.002,01	
		Total	3.793.376.879,79	
2º Quadrimestre 2023	84.873.412.855,17	Inativos	391.758.769,40	4,93
		Ativos	3.788.392.341,56	
		Total	4.180.151.110,96	
3º Quadrimestre 2023	88.174.564.730,41	Inativos	-	4,45
		Ativos	3.921.943.702,58	
		Total	3.921.943.702,58	
1º Quadrimestre 2024	89.354.294.233,53	Inativos	-	4,58
		Ativos	4.094.344.251,28	
		Total	4.094.344.251,28	
		Inativos	-	4,66



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2º Quadrimestre 2024	91.274.590.655,81	Ativos	4.249.587.431,72	
		Total	4.249.587.431,72	

1.3 – Gastos com Benefícios

Os gastos com benefícios são acompanhados pelas seguintes ações:

- Monitoramento e gestão contínua da despesa com benefícios pagos a magistrados e servidores, bem como da receita que financia os mesmos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro da fonte de recursos correspondente;
- Monitoramento dos efeitos gerados pela tendência da Taxa Selic com as últimas baixas impostas pelo Comitê de Política Monetária e seus efeitos sobre a receita que financia o pagamento dos benefícios a Magistrados e Servidores.
- Em novembro de 2024 foi autorizado o reajuste, pelo IPCA, dos Auxílios Refeição/Alimentação, Locomoção, Saúde, Educação e Creche, pagos aos servidores do PJERJ, com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio de 2024.

1.4 – Ações de Economicidade

A análise de economicidade dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços é uma atividade primordial e contínua que tem se mostrado efetiva na busca de uma melhor qualidade do gasto público aliada às boas práticas de gestão.

A busca da relação entre custo e benefício a ser observada na atividade pública resulta em aquisições e contratações mais econômicas, fruto da experiência construída na adoção de práticas cada vez mais eficazes sem comprometimento dos padrões de qualidade.

A atuação colaborativa com as unidades demandantes do PJERJ, para tratativas e/ou ajustes de metodologias, tem sido importante para um melhor planejamento das despesas.

Em continuidade às ações para a melhoria da qualidade dos gastos do PJERJ, foi criado um grupo de trabalho para implementação de medidas de racionalização de custos em geral (GT-RAC), instituído pelo Ato Executivo TJ nº 183/2024 de 9 de agosto de 2024. O Grupo instituído analisou processos de contratação de serviços que apontavam para acréscimo da despesa relativa à mão de obra e às execuções dos contratos, propondo ajustes contratuais

Como destaque de economicidade, apresentamos no quadro abaixo a economia direta alcançada em decorrência de diligências realizadas em processos administrativos em 2024:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

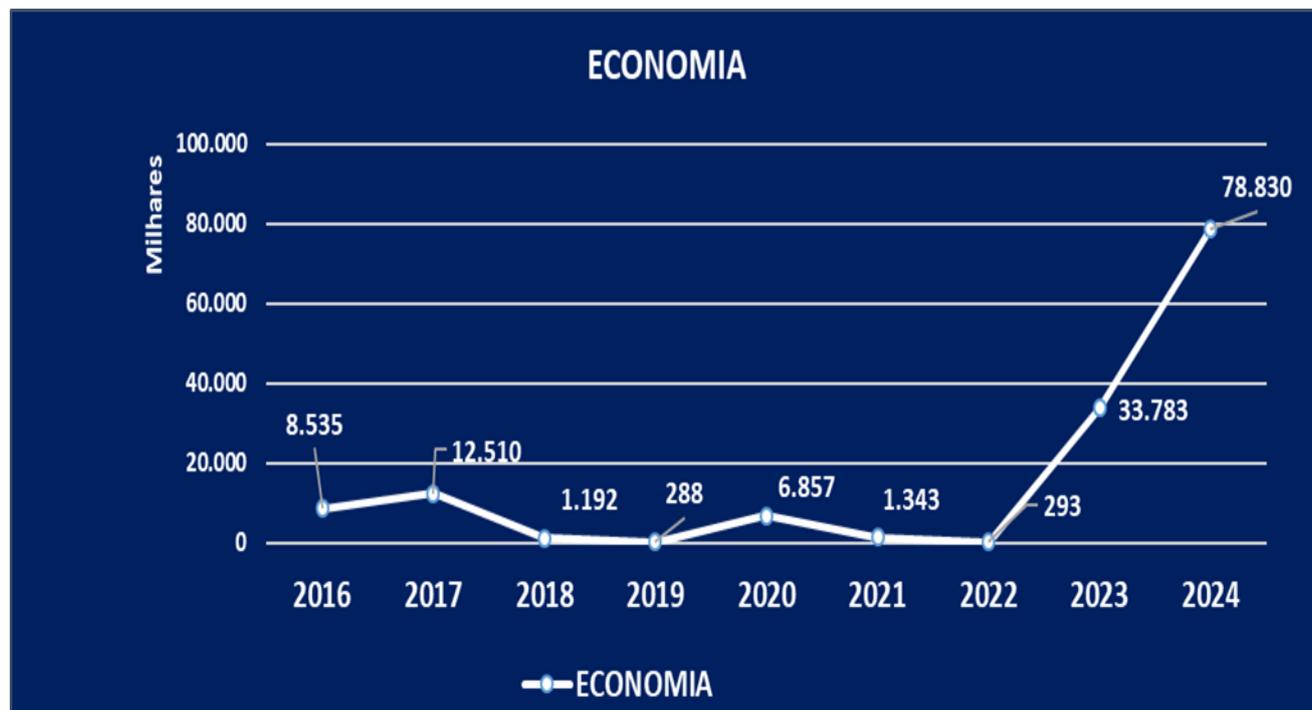
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Tabela – Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Diligências			Redução/Economia	
Quantidade de processos diligenciados	Valor Agregado antes das diligências	Valor Agregado após as diligências	Valor	%
22	R\$ 712.308.682	R\$ 633.479.058	R\$ 78.829.624	11,07%

* Diligências Concluídas

Conforme gráfico a seguir, é possível constatar, em uma perspectiva histórica, a relevância dos resultados alcançados nos exercícios de 2023 e 2024, como também uma economia de aproximadamente R\$ 143.631.000 (cento e quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e um mil reais), desde o início da análise da economicidade em 2016:



Os valores acima referenciados expressam a economia direta, que é possível mensurar mediante levantamento dos resultados provenientes das diligências realizadas. Existe, ainda, a economia indireta, que não é possível mensurar de maneira objetiva, pois ela é fruto do aperfeiçoamento das práticas de gestão e já foi incorporada nas rotinas administrativas das unidades demandantes.

Na tabela seguinte, é possível observar que a quantidade de processos submetidos à avaliação de economicidade vem crescendo ao longo dos anos, com destaque para a variação de aumento do ano de 2022 para o ano de 2023, equivalente a 58,15%. A quantidade de processos analisados no ano de 2024 mantém a tendência de crescimento, uma vez que apresenta o quantitativo de 571 processos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

Tabela – Período: 01/01/2016 a 31/12/2024



2 – Principais Receitas do FETJ.

Arrecadação - 2024

Mês	Custas/Outras Receitas da Fonte 232	Taxa Judiciária	Emolumentos/ Saldo de Prestação de Contas	20% Lei 3217/99	Mediação	Convênio da Dívida Ativa	Repasse FUNDPERJ	Repasse FUNPERJ	Repasse FUNARPEN	TOTAL
Janeiro	19.283.082,69	47.278.815,39	13.183.702,07	28.630.162,38	40.136,62	6.985.003,29	329.356,08	329.322,56	383.903,93	116.443.485,01
Fevereiro	24.551.483,39	53.425.859,97	13.625.014,00	21.892.727,30	52.780,16	7.324.506,33	262.540,40	262.588,92	936.607,58	122.334.108,05
Março	27.586.375,92	59.011.188,40	13.875.968,80	25.788.727,11	60.858,88	9.788.513,59	314.607,22	314.412,00	406.861,94	137.147.513,86
Abril	28.965.188,49	59.390.527,38	13.564.119,11	27.318.285,93	60.549,18	10.211.075,44	328.971,83	328.787,23	492.572,96	140.660.077,55
Mai	28.753.052,61	63.653.957,19	15.932.262,76	28.894.717,18	60.879,04	7.680.969,96	340.695,10	340.541,17	225.093,06	145.882.168,07
Junho	28.337.725,79	59.692.595,15	16.987.061,04	27.235.407,20	59.100,20	8.850.824,39	323.043,74	322.994,27	792.555,51	142.601.307,29
Julho	32.705.454,67	69.974.093,97	15.977.660,66	32.560.990,76	71.606,56	10.586.846,95	392.905,60	392.760,91	592.903,23	163.255.223,31
Agosto	28.768.773,62	64.600.680,08	10.909.867,94	31.169.892,41	67.995,82	10.316.460,51	361.695,04	361.465,84	558.051,71	147.114.882,97
Setembro	28.047.467,68	62.656.427,44	10.821.173,60	31.439.243,00	63.354,91	7.830.655,51	355.391,08	354.868,30	542.696,25	142.111.277,77
Outubro	29.339.740,20	66.265.793,32	10.181.179,92	31.242.041,46	53.053,29	9.637.739,04	381.124,12	380.824,97	586.310,40	148.067.806,72
Novembro	23.029.835,06	51.174.886,96	8.878.296,17	26.491.941,08	41.669,04	7.300.180,59	309.220,64	309.206,00	472.749,67	118.007.985,21
Dezembro	21.479.794,72	53.282.516,49	9.534.201,33	31.795.422,34	36.486,31	13.366.319,01	350.636,39	350.535,50	539.378,70	130.735.290,79
Total	320.847.974,84	710.407.341,74	153.470.507,40	344.459.558,15	668.470,01	109.879.094,61	4.050.187,24	4.048.307,67	6.529.684,93	1.654.361.126,60

Fonte: Sistema de Arrecadação

3 – Plano de Ação Governamental – PAG

O Plano de Ação Governamental – PAG é o instrumento de planejamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que tem por finalidade a aplicação adequada dos recursos orçamentários e financeiros



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

disponíveis, o contingenciamento das despesas fixadas quando o resultado da arrecadação for inferior ao previsto, a política da gestão de pessoal, a preservação e a conservação do patrimônio público.

Contempla todos os projetos estratégicos do TJ e as ações operacionais que, por sua relevância e por estarem previstas no Plano Plurianual – PPA, têm prioridade sobre as demais, assegurando, assim, recursos orçamentários suficientes ao seu atendimento.

As despesas com custeio e investimentos são apresentadas em programas e projetos/ações operacionais que integram o Plano de Ação Governamental e são suportadas pelo FETJ, tendo sido considerados estimativamente os custos de cada um dos projetos com base nos dados fornecidos pelos órgãos que gerenciam e/ou os coordenam.

A Administração Superior poderá revisar o Plano de Ação Governamental (PAG), incluindo novos projetos, desde que adequadamente atendidos aqueles ainda em execução e contempladas as despesas de conservação, nos termos do art. 45 da LRF, através de relatórios de execução e acompanhamento do PAG, publicados quadrimestralmente, ao longo do biênio de sua execução.

O Plano de Ação Governamental – PAG para o biênio 2023-2024, aprovado pela Resolução OE nº 16/2023, totalizou o montante de R\$ 626.610.236,00 (seiscentos e vinte e seis milhões, seiscentos e dez mil e duzentos e trinta e seis reais), sendo constituído por 05 (cinco) Programas, a saber: Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais, Racionalização da Prestação Jurisdicional, Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação, Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário e Desenvolvimento das Políticas Institucionais.

Até o presente momento, foram realizadas adequações no referido Plano de Ação, aprovadas através dos Atos Executivos nº 204/2023 (2º Quad./2023), 43/2024 (3º Quad./2023), 165/2024 (1º Quad./2024) e 214/2024 (2º Quad./2024), adequado o seu valor para R\$ 485.702.576,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e dois mil e quinhentos e setenta e seis reais). Do referido montante, R\$ 397.517.256,00 (trezentos e noventa e sete milhões, quinhentos e dezessete mil e duzentos e cinquenta e seis reais) já foram liquidados, representando, assim, 81,84% de execução.

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG Biênio 2023-2024					
PROGRAMAS PAG	PREVISTO	PREVISTO ADEQUADO	EXECUTADO	EXEC / PREV. INICIAL	EXEC / PREV. ADEQUADO
1 - Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais	27.000.000	27.000.000	26.229.500	97,15%	97,15%
2 - Racionalização da Prestação Jurisdicional	48.035.000	45.300.000	26.924.280	56,05%	59,44%
3 - Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação	263.347.884	177.665.465	166.540.109	63,24%	93,74%
4 - Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário	262.312.721	201.954.656	152.947.522	58,31%	75,73%
5 - Desenvolvimento das Políticas Institucionais	25.914.631	33.782.455	24.875.844	95,99%	73,64%
TOTAL	626.610.236	485.702.576	397.517.256	63,44%	81,84%

Por fim, convém destacar que o presente instrumento de planejamento, encontra-se publicado no sítio eletrônico deste Tribunal de Justiça no seguinte endereço eletrônico: <https://www.tjrj.jus.br/transparencia/plano-de-acao-governamental>.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4 - Centro de Custos

Centro de Custos é a unidade na qual se apuram os custos e é representada pela estrutura organizacional do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, segmentada em unidades administrativas (Administrativo) e judiciárias (1ª e 2ª Instâncias). As informações de custos são apuradas pelo recém desenvolvido sistema GRP-Custos.

Ele promove a distribuição e alocação dos recursos utilizados entre as unidades administrativas e judiciárias, possibilitando a avaliação da qualidade do gasto, bem como, a análise de séries históricas de custos sob a ótica das atividades fins ou administrativas.

4.1 - Custo por Exercício

Trata-se da apuração dos custos do PJERJ, por exercício, consolidando os custos dos principais grupos de despesas, a saber, **custeio** (relacionado as aquisições e contratações de serviços para manutenção da infraestrutura operacional para prover a execução da atividade judiciária); **depreciação** (relativo aos bens móveis em razão da sua vida útil) e **pessoal** (custos relacionados à remuneração e encargos patronais, bem como, os benefícios, todos referentes ao quadro de pessoal ativo, servidores e magistrados). Tal resultado permite avaliar o crescimento do custo total do PJERJ de um exercício para o outro.

Exercício	Custo	Média	Varição
2022	R\$ 5.994.885	R\$ 499.574	
2023	R\$ 6.780.760	R\$ 565.063	13%
2024	R\$ 6.665.064	R\$ 605.915	7%

Tabela – Período: 01/01/2022 a 30/11/2024

De acordo com a tabela acima, observa-se que o crescimento dos custos de 2022 para 2023 foi em torno de 13%, sensibilizado por fatores como o aumento no custo com pessoal, decorrentes da implementação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários em novembro de 2022, recomposição inflacionária dos salários dos magistrados e servidores, pagamento de indenização de férias e de licenças para magistrados e servidores, bem como, convocação de novos servidores, respeitado o limite da lei de responsabilidade fiscal. Influenciaram, também, os investimentos em tecnologia da informação, aumento nos contratos de terceirização, dentre outros, que refletiram no custo acumulado e, conseqüentemente, no resultado apurado.

Em 2024, até o período apurado, houve um crescimento, em torno de 7%, comparado à média de 2023, o que demonstra a estabilização das ações iniciadas em 2022 para valorização da carreira, visto que o custo com pessoal é o mais representativo, em torno de 84%, em relação ao custo total do PJERJ.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Tabela – Período: 01/01/2022 a 30/11/2024

4.2 – Custo por Processo

Trata-se do custo unitário do processo que visa evidenciar o quanto de recurso foi utilizado para cumprir determinada finalidade, no caso, a entrega da prestação jurisdicional. A apuração é realizada no período de 12 meses para mitigar a sazonalidade da medição, tendo como elementos fundamentais o custo total do PJERJ (Consolidação dos Custos dos Grupos de Despesa de Custeio, Depreciação e Pessoal) e o total de processos baixados judiciais, 1ª e 2ª instâncias, do PJERJ. Assim, o resultado está diretamente relacionado ao crescimento do custo e sensibilizado pelo melhor desempenho na baixa dos processos.

Período anterior x atual	Jan/22 a Dez/2022	Jan/23 a Dez/23	Dez/23 a Nov/24	Varição 2023x2024	Varição 2022x2024
Custo Acumulado	R\$ 5.994.885	R\$ 6.780.760	R\$ 7.545.450	11,28%	25,86%
Processos Baixados Acumulado	2.563.936	2.707.641	2.763.297	2,06%	7,78%
Custo por Processo	2.338,16	2.504,31	2.730,60	9,04%	16,78%

Tabela – Período: 01/01/2022 a 30/11/2024

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

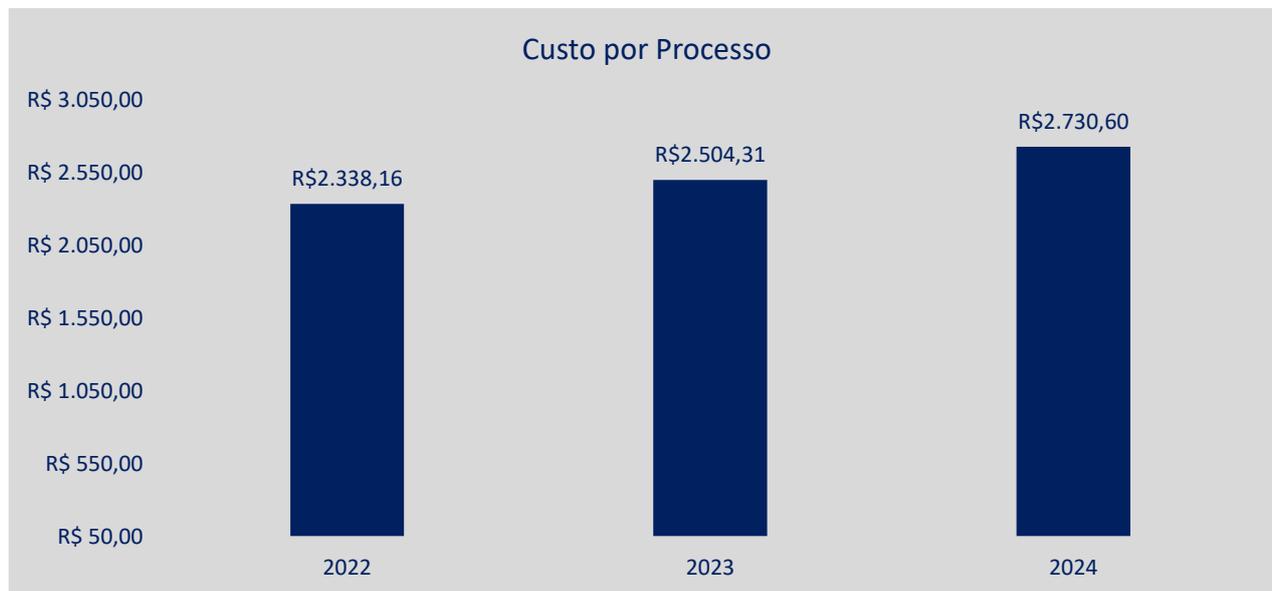


Tabela – Período: 01/01/2022 a 30/11/2024

De acordo com a tabela acima, em 2024, no período apurado, o custo por processo apresentou uma variação em torno de 9,04% na comparação 2023 e 2024, pois o crescimento do custo acumulado (+11,28%) foi superior à quantidade de processos baixados acumulados (+2,06%), o que provoca o crescimento do indicador. Já quando observamos 2022 em relação a 2024, a variação se torna mais significativa, e o indicador apresenta um crescimento de 16,78%, também sensibilizado pelo aumento do custo acumulado, que apresenta os reflexos do aumento do custo com pessoal, investimentos em tecnologia da informação, aumento nos contratos de terceirização, dentre outros. Quando a baixa dos processos se mantém em patamares elevados o indicador tende a equacionar. Ressalta-se, que os critérios para apuração dos indicadores relacionados aos quantitativos de processos, entre eles os baixados, estão sendo revistos pela Administração o que pode refletir no indicador futuramente.

4.3 – Custo por Instância

Trata-se dos custos direcionados para atividade finalística, prestação jurisdicional. No quadro observa-se a maior expressividade da 1ª instância que é de fato mais volumosa e abrangente, representada pelo 1º grau, juizados e turmas recursais, distribuídos em suas 81 comarcas. Já a 2ª instância é mais especializada por exercer a atividade recursal advinda de todo Estado do Rio de Janeiro, ainda que menor em valor nominal seu custo é significativo pois proporcionalmente recebe menos processos, entretanto, os que tramitam são mais complexos e requer experiência técnica e profissional.

4.3.1 – 1ª Instância

De acordo com a tabela abaixo, os custos da 1ª Instância apresentaram crescimento de 18%, de 2022 para 2023, também em razão da política de valorização do servidor com aumento dos cargos judiciais dos



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

gabinetes, bem como as demais implementações como novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, reajuste dos magistrados e servidores, pagamento de indenização de férias e de licenças para magistrados e servidores e convocação de novos servidores. Agregado a ser o segmento que possui maior número de servidores e magistrados alocados na atividade, em torno de 72% do total do quadro. Em relação 2023 para 2024, o crescimento foi em torno de 6%, que demonstra a continuidade das ações em curso em 2022, de forma menos impactante.

4.3.2 – 2ª Instância

Os custos da 2ª Instância, de 2022 para 2023, em observância da tabela a seguir, apresentou crescimento de 11%, sensibilizada pelos mesmos fatores que se estendem a todo quadro de pessoal, além da estrutura de apoio às atividades realizada pela Secretaria-Geral Judiciária ter aumentado no período em razão da reestruturação organizacional.

Em 2024, até o período apurado, apresentou uma redução em média de 1%, comparado à média de 2023, o que demonstra a estabilização das ações realizadas no período anterior. Entretanto, em razão do aumento do número de desembargadores no PJERJ, no final de 2024, de 190 passamos a 210 desembargadores, a tendência é que os custos da 2ª instância sofram um acréscimo evidenciado para o próximo exercício.

Custo por Instância						
Exercício	1ª Instância	Média	2ª Instância	Média	Variação 1ª Instância	Variação 2ª Instância
2022	R\$ 4.086.192	R\$ 340.516	R\$ 999.506	R\$ 83.292	-	-
2023	R\$ 4.832.442	R\$ 402.703	R\$ 1.106.152	R\$ 92.179	18%	11%
2024	R\$ 4.683.795	R\$ 425.800	R\$ 1.003.210	R\$ 91.201	6%	-1%

Tabela – Período: 01/01/2022 a 30/11/2024



Tabela – Período: 01/01/2022 a 30/11/2024



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4.4 – Custo Administrativo

Trata-se dos custos alocados para área administrativa, a saber, as Secretárias-Gerais, Presidência, Corregedoria e EMERJ que dão suporte à execução da atividade jurisdicional provendo as suas necessidades para o melhor desempenho da função primária. Excepciona-se a Secretaria-Geral Judiciária, que apoia a 2ª Instância diretamente, e, sendo assim, está integrada aos custos do 2º Grau.

Pela tabela a seguir, podemos verificar que os custos da área administrativa apresentaram redução em torno de 7% influenciado pela reestruturação organizacional iniciada em 2023, inclusive quanto ao quantitativo de servidores alocados no segmento. Para 2024, no período apurado, observa-se um crescimento na média de 27% comparado à 2023, também sensibilizado pelas novas ações de reestruturação organizacional consolidadas na Resolução OE nº 04/2023, como a criação de uma nova Secretaria, SGDAI – Secretaria Geral de Dados e Análise de Indicadores - e incremento de outras Secretarias, como por exemplo, na tecnologia da informação, representada pela SGTEC – Secretaria Geral de Tecnologia da Informação.

Exercício	Custo Administrativo	Média	Varição
2022	R\$ 909.187	R\$ 75.766	-
2023	R\$ 842.166	R\$ 70.180	-7%
2024	R\$ 978.059	R\$ 88.914	27%

Tabela – Período: 01/01/2022 a 30/11/2024

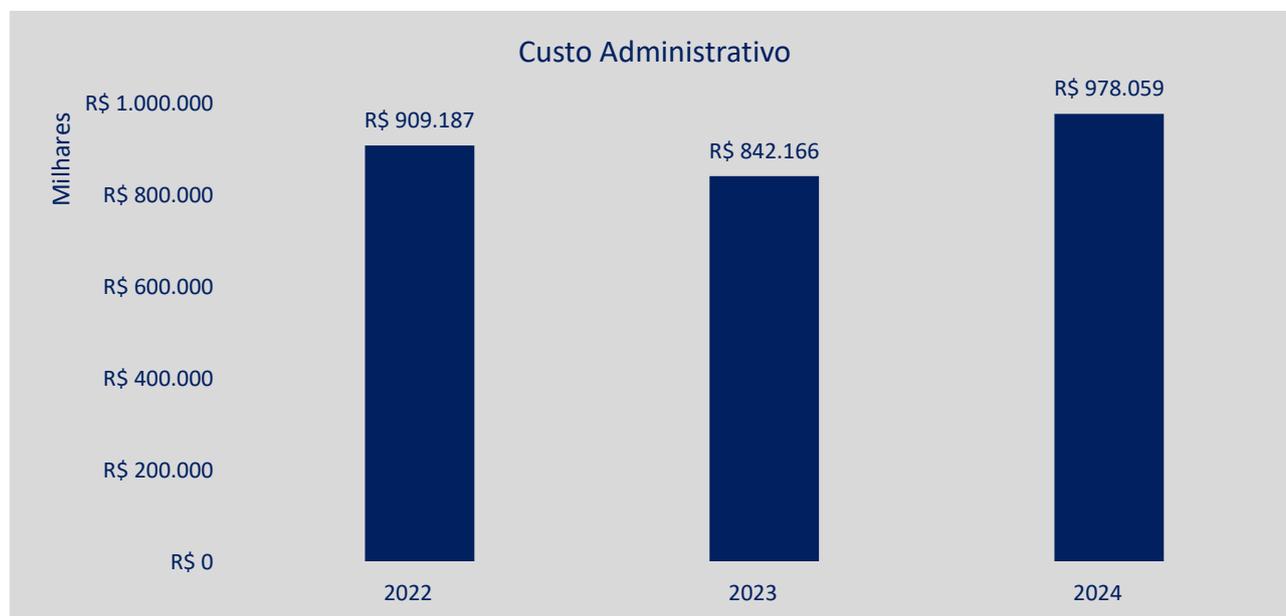


Tabela – Período: 01/01/2022 a 30/11/2024



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5. Cobrança Administrativa

Trata-se de cobrança decorrente da inadimplência de valores relativos à custas e taxa judiciária, emolumentos e débitos em geral, de natureza tributária ou administrativa, destinados ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça.

No quadro a seguir, o montante arrecadado em 2024 demonstram uma elevação de 81,48% em relação ao ano de 2023.

Tabela - Receita Anual

	Valores Recebidos Através de Cobrança Administrativa		
	2023	2024	Variação %
Arrecadação - Judicial	39.405.228,45	72.677.925,5	84,44%
Arrecadação - Extrajudicial	3.449.914,08	5.095.559,5	47,70%
Total	42.855.142,53	77.773.485,00	81,48%

Fonte: Sistema de Arrecadação - DEGAR - Fonte de Recursos - FR 1.760.232 Recursos próprios provenientes de Tributos

6. Políticas Institucionais

O incremento de receita é um tópico relevante para este Tribunal de Justiça que busca otimizar seus resultados financeiros.

Nesse sentido, destaca-se a contratação com instituição financeira responsável pela folha de pagamento de servidores e fornecedores do Tribunal da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizada em janeiro de 2024.

O Banco Bradesco ofertou a melhor proposta, no valor de 129 milhões e 300 mil reais, que estão sendo pagos em 05 (cinco) parcelas anuais, devidamente atualizadas pelo IPCA, resultando em uma receita anual para o Tribunal de Justiça em torno de R\$ 25 milhões e 860 mil reais.

Ainda no exercício de 2024 foi implementada a modalidade de arrecadação pelo PIX, o que proporcionou maior agilidade, principalmente na quitação das guias de custas judiciais, expandindo e facilitando o acesso ao serviço oferecido à sociedade.

7. Racionalização da Prestação Jurisdicional

A Racionalização da Prestação Jurisdicional tem por finalidade a promoção da celeridade processual e a efetividade da prestação jurisdicional através de projetos que contribuam para sua melhoria, garantindo às partes medidas protetivas, quando for o caso, e de procedimentos que auxiliem o incremento da celeridade processual.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

No tocante ao Orçamento disponibilizado em 2024, foram alocados R\$ 42.200.000,00 (quarenta e dois milhões e duzentos mil reais), utilizados nos diversos segmentos da prestação jurisdicional, tais como: (i) implementação de ações, campanhas, eventos e programas de promoção da cidadania; (ii) atendimento aos jurisdicionados da Justiça Itinerante; (iii) despesas com laudos periciais judiciais e genéticos (DNA), prestação de assistência na obtenção de acordos realizados pelos mediadores; (iv) projetos de sentença proferidos pelos juízes leigos nos juizados especiais; (v) serviço de tradutores juramentados e interpretes de libras e (vi) convênios visando dar celeridade nos processos de dívida ativa.

Do total disponibilizado, foram liquidados R\$ 27.281.386,00 (vinte e sete milhões, duzentos e oitenta e um mil e trezentos e oitenta e seis centavos) ao final do segundo semestre, representando, assim, 64,65% de execução.

Ressalte-se que todas as demandas que tenham por objetivo a Racionalização da Prestação Jurisdicional estão incluídas no Plano Plurianual – PPA 2024/2027 e no Plano de Ação Governamental – PAG – Biênio 2023/2024.

8. Ações Coordenadas

Dentre as ações destacamos:

- Proposta de alteração da Lei do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, com vistas a integrar as receitas provenientes da remuneração paga por instituição financeira para administração dos depósitos judiciais;
- Reestruturação da Secretaria a fim de bem atender à crescentes demandas técnicas, com a transformação da antiga Assessoria Técnica (ASTEAC) em duas novas assessorias: (i) Assessoria de Projeções, Análises e Pareceres Econômico-Financeiros (ASPEF) e (ii) Assessoria de Economicidade e Acompanhamento de Custos (ASEAC). Ressalte-se que as novas Assessorias cuidam de assuntos estratégicos para o PJERJ, como: (i) matérias relacionadas à gestão fiscal responsável dos recursos orçamentários e financeiros, colocados à disposição do PJERJ; (ii) proposições de soluções econômicas, com o intuito de viabilizar iniciativas legislativas que importem na valorização de magistrados e servidores; (iii) demandas atinentes ao Regime de Recuperação Fiscal e ao monitoramento do cenário econômico do país, em especial, o Estado do Rio de Janeiro com seus possíveis reflexos para o PJERJ;
- Projeto Estratégico de Modernização da Gestão Fiscal com novas funcionalidades no Sistema do GRP, como: (i) módulo de Economicidade/Serviços para análise do orçamento; (ii) módulo de PGP, com a possibilidade de acompanhamento mensal da execução físico financeira dos projetos estratégicos; (iii) módulo de elaboração do orçamento para 2025, em atendimento a Resolução CNJ nº 195; (iv) módulo PPA; (v) módulo PAG;
- Estudos de impacto orçamentário e financeiro para as seguintes finalidades: (i) conversão em pecúnia do saldo de até 120 (cento e vinte) dias de Férias e/ou Licença Prêmio; (ii) recomposição



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

inflacionária do valor mensal pago a título de Gratificação de Locomoção dos Analistas Judiciários com especialidade execução de mandados (OJAs); (iii) convocação e nomeação de servidores para cadastro de reserva; (iv) nomeação e posse de 25 Juízes aprovados no XLIX Concurso para Ingresso na Magistratura; (v) transformação dos cargos vagos de juiz de direito regional em 20 novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

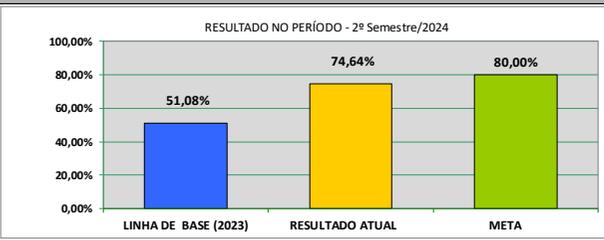
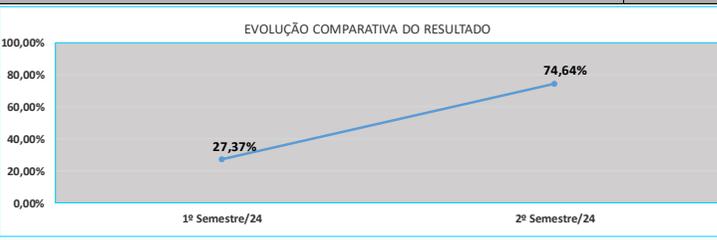


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

9. Planilhas de Indicadores – Estratégicos, Gerenciais e Operacionais

9.1 – Indicador Estratégico

SGPCF		PLANILHA DE INDICADORES						
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.								
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
TEMA	ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO P.JERJ			
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-			
FINALIDADE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO PAG					CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado	
PERIODICIDADE	Semestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	x	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA	(Valor executado das ações governamentais) / (Valor total anual disponibilizado)					SENTIDO DE MELHORIA	MM	
META	Executar 80% das ações estratégicas previstas no PAG para cada ano de sua vigência				ORIGEM DOS DADOS	Plano de Ação Governamental -PAG Biênio 2023/2024	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2024	1º Semestre/24			2º Semestre/24			Resultado no Per.
		27,37%			74,64%			74,64%
RESULTADOS NO PERÍODO								
LINHA DE BASE (2023)	51,08%							
RESULTADO ATUAL	74,64%							
META	80,00%							
ANÁLISE CRÍTICA	Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 40% para cada semestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 2º semestre deveria se situar entre 70% e 80%. Através dos dados apurados em 13 de janeiro de 2025, com faturamentos atualizados, na sua grande maioria, até o mês de novembro de 2024, depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 74,64% do valor total previsto adequado para os projetos estratégicos/ações operacionais, não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 80%. Ressalta-se que a execução da Ação Operacional "Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)", a qual representa 27,86% do valor total previsto adequado do PAG 2023/2024, em 2024, foi de 93,45% em relação ao valor previsto, este influenciado pela inexecução do valor total previsto adequado das ações de Aquisição de Servidores. Convém mencionar que a última etapa do cronograma físico-financeiro da obra de Construção de Prédios para o Núcleo de Atendimento Integrado - NAI, Vara da Infância e da Juventude - VIJ, Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE e do Departamento de Transportes - DETRA ainda não foi liquidada, impactando, também, na presente execução. Cabe destacar que a dotação inicial dos projetos estratégicos/ações operacionais era de R\$ 215.144.910,00 sendo adequada ao longo do exercício para R\$ 296.062.307,00, representando, assim, um acréscimo de 37,61% tendo em vista a atualização nos Planos de Gerenciamento de Projetos - PGP's dos Projetos Estratégicos, bem como da previsão de execução das ações operacionais. A citada adequação dos projetos estratégicos/ações operacionais foi devidamente aprovada pelo Exmo. Presidente Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, através dos Atos Executivos nº 204/2023, 43/2024, 165/2024 e 214/2024; restando, apenas, a aprovação das adequações ocorridas no 3º quadrimestre/2024 que será encaminhado para aprovação até o final do mês de janeiro de 2024. Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 13/01/2025.							
AÇÕES GERENCIAIS	Os projetos estratégicos/ações operacionais que apresentaram percentuais incompatíveis para o período, continuam a ser observados detidamente por parte da SGPCF-ASPLO.							
Responsável pela emissão do relatório:		Leonardo Pacheco Böhme - 10577131		Responsável (aprovação e divulgação):		Leonardo Pacheco Böhme - 10577131		Data: 14/01/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES																	
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.																	
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE									
TEMA	ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ												
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-												
FINALIDADE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTO DO FETJ						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado									
PERIODICIDADE	Anual	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE									
FÓRMULA	(Despesa Liquidada com Custeio) / (Despesa Liquidada Total)						SENTIDO DE MELHORIA	MM									
META	Executar 93% em Custeio com Recursos Orçamentários do FETJ					ORIGEM DOS DADOS	Resolução CNJ nº 102/2009 - Anexo II	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual								
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2024	Resultado no Período															
		92,97%															
RESULTADOS NO PERÍODO		<table border="1"><caption>RESULTADO NO PERÍODO - 2024</caption><thead><tr><th>Categoria</th><th>Valor (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>LINHA DE BASE (2023)</td><td>86,54%</td></tr><tr><td>RESULTADO ATUAL</td><td>92,97%</td></tr><tr><td>META</td><td>93,00%</td></tr></tbody></table>								Categoria	Valor (%)	LINHA DE BASE (2023)	86,54%	RESULTADO ATUAL	92,97%	META	93,00%
Categoria	Valor (%)																
LINHA DE BASE (2023)	86,54%																
RESULTADO ATUAL	92,97%																
META	93,00%																
LINHA DE BASE (2023)	86,54%																
RESULTADO ATUAL	92,97%																
META	93,00%																
ANÁLISE CRÍTICA	Preliminarmente, cabe-nos informar que com o advento da Lei Estadual nº 10.125 de 03 de outubro de 2023, o saldo das dotações orçamentárias da Fonte de Recursos 1.501.230 foram transferidas da Unidade Orçamentária 0301 - Tribunal de Justiça para a Unidade Orçamentária - UO 0361 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça. Assim, na UO 0361 passaram a ser executadas, além das despesas suportadas pela Fonte de Recursos 1.760.232, as despesas da Fonte 1.501.230. Considerando os valores liquidados até o presente momento, verifica-se que em relação à linha de base de 2023 (86,54%) houve uma variação positiva de 7,43%, alcançando 92,97% de liquidação das despesas com custeio em relação à despesa liquidada total no exercício de 2024, se aproximando da meta estabelecida de 93%. Convêm destacar que da despesa liquidada com custeio (R\$ 2.010.362.142,00), 47,47% (R\$ 954.342.084,00) foram custeados pela Fonte de Recursos 1.501.230 e 52,53% (R\$ 1.056.020.058,00) pela Fonte de Recursos 1.760.232.																
AÇÕES GERENCIAIS	A SGPCF-ASPLO acompanha mensalmente a execução das despesas das Fontes de Recursos 1.501.230 e 1.760.232, de forma a assegurar que a mesma se dê na medida e composição constantes da peça orçamentária, sendo certo que a composição das despesas totais (custeio/investimento) se dá em função dos anseios e diretrizes traçados por cada Administração. Dessa forma, seja qual for tal composição fixada, esta Assessoria envidará esforços para que as despesas planejadas sejam integralmente executadas, na forma em que foram planejadas.																
Responsável pela emissão do relatório:		Leonardo Pacheco Böhme - 10577131			Responsável (aprovação e divulgação):			Leonardo Pacheco Böhme - 10577131		Data: 14/01/2025							



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES																	
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.																	
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE									
TEMA	ORÇAMENTO E FINANÇAS		OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ													
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-													
FINALIDADE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTO DO FETJ							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado								
PERIODICIDADE	Anual	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	x	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE									
FÓRMULA	(Despesa Liquidada com Investimento) / (Despesa Liquidada Total)							SENTIDO DE MELHORIA	MM								
META	Executar 7% em Investimentos com Recursos Orçamentários do FETJ					ORIGEM DOS DADOS	Resolução CNJ nº 102/2009 - Anexo II	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual								
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2024	Resultado no Período															
		7,03%															
RESULTADOS NO PERÍODO		RESULTADO NO PERÍODO - 2024															
LINHA DE BASE (2023)	13,46%	<table border="1" style="margin: 10px auto; font-size: small;"> <caption>Resultados no Período - 2024</caption> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Valor (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Linha de Base (2023)</td> <td>13,46%</td> </tr> <tr> <td>Resultado Atual</td> <td>7,03%</td> </tr> <tr> <td>Meta</td> <td>7,00%</td> </tr> </tbody> </table>								Item	Valor (%)	Linha de Base (2023)	13,46%	Resultado Atual	7,03%	Meta	7,00%
Item	Valor (%)																
Linha de Base (2023)	13,46%																
Resultado Atual	7,03%																
Meta	7,00%																
RESULTADO ATUAL	7,03%																
META	7,00%																
ANÁLISE CRÍTICA	<p>Considerando os valores liquidados até o presente momento, verifica-se que em relação à linha de base de 2023 (13,46%) houve uma variação negativa de 47,93%, alcançando 7,03% de liquidação das despesas com investimento em relação à despesa liquidada total no exercício de 2024, se aproximando da meta estabelecida de 7%. Convém destacar que a despesa liquidada com investimento (R\$ 151.929.269,00) foram custeados integralmente pela Fonte de Recursos 1.760.232.</p>																
AÇÕES GERENCIAIS	<p>A SGPCF-ASPLO acompanha mensalmente a execução das despesas da Fonte de Recursos 1.760.232, de forma a assegurar que a mesma se dê na medida e composição constantes da peça orçamentária, sendo certo que a composição das despesas totais (custeio/investimento) se dá em função dos anseios e diretrizes traçados por cada Administração. Dessa forma, seja qual for tal composição fixada, esta Assessoria envidará esforços para que as despesas planejadas sejam integralmente executadas, na forma em que foram planejadas.</p>																
Responsável pela emissão do relatório:		Leonardo Pacheco Böhme - 10577131			Responsável (aprovação e divulgação):			Leonardo Pacheco Böhme - 10577131									
									Data: 14/01/2025								



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

9.2 – Indicadores Gerenciais

PLANILHA DE INDICADORES															
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASEAC	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE				
TEMA	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira			OBJETIVO ESTRATÉGICO			Promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos								
INDICADOR	Taxa de produtividade média			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			Analisar sob a ótica da economicidade as aquisições e contratações de serviços do PJERJ								
FINALIDADE	dar celeridade a análise da economicidade dos processos de aquisições e contratações de serviços enviados à ASEAC										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	acumulado			
PERIODICIDADE	mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			INDICADOR DE DESEMPENHO			X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE				
FÓRMULA	((Σ de processos enviados no mês/Σ de processos recebidos no mês)*100)/nº de meses apurados										SENTIDO DE MELHORIA	MM (Maior é Melhor)			
META	90%							ORIGEM DOS DADOS		Contratos - SEI		UNIDADE DE MEDIDA	porcentagem		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado	
	Σ processos enviados						54	58	41	46	39	53	47	338	
	Σ processos recebidos						62	60	48	50	45	56	48	369	
	Coefficiente						87%	97%	85%	92%	87%	95%	98%	91,60%	
RESULTADOS NO PERÍODO (RS)															
LINHA DE BASE	0,00														
RESULTADO ATUAL	91,60%														
META	90,00%														
ANÁLISE CRÍTICA	<p>Para este indicador, são considerados os processos analisados e enviados pela assessoria no determinado período, independente do mês de entrada. A melhoria apresentada no índice deve-se ao não processamento de apenas 1 processo ao final do mês de dezembro. Outra razão para a melhoria foi a característica dos processos apresentados no período analisado. Reajustes, repactuações e prorrogações, que permitem uma análise mais célere, responderam por 60 % dos processos analisados. O sucesso do trabalho neste período teve a ver com a estratégia da equipe de economicidade, principalmente, na segunda quinzena do mês, dividindo o tempo de trabalho com a homologação do sistema GRP. Ao final do período a meta foi alcançada com a produtividade média de 91,60%.</p>														
AÇÕES GERENCIAIS	Analisar a utilidade e efetividade do indicador para a continuidade da medição no próximo exercício, com determinação de meta mais ajustada levando em conta a experiência adquirida pela equipe.														
Responsável pela emissão do relatório:				SGPCF/ASEAC				Responsável (aprovação e divulgação):				ASSESSOR III da ASEAC		Data:	02/01/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES															
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASEAC	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO				INDICADOR DE PROJETO				INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		
TEMA	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira				OBJETIVO ESTRATÉGICO				Promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos						
INDICADOR	Índice de permanência de processo				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE				Analisar sob a ótica da economicidade as aquisições e contratações de serviços do PJERJ						
FINALIDADE	dar celeridade à análise da economicidade dos processos de aquisições e contratações de serviços enviados à ASEAC											CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado		
PERIODICIDADE	mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO				INDICADOR DE DESEMPENHO				X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE		
FÓRMULA	\sum de dias úteis de permanência dos processos enviados no período/ \sum dos processos enviados no período											SENTIDO DE MELHORIA		mM (Menor é Melhor)	
META	3,50				ORIGEM DOS DADOS				Contratos - SEI		UNIDADE DE MEDIDA		dias úteis		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado	
	Dias Úteis						278	134	64	83	98	213	76	946	
	Nº de processos						54	58	41	46	39	53	47	338	
	Coefficiente						5,15	2,31	1,56	1,80	2,51	4,02	1,62	2,80	
RESULTADOS NO PERÍODO (R\$)	Resultado - nov/2024 Fonte: sistema SEI														
LINHA DE BASE	0,00														
RESULTADO ATUAL	2,80														
META	3,50														
ANÁLISE CRÍTICA	<p>Para este indicador, são considerados os processos analisados e enviados pela assessoria no determinado período, independente do mês de entrada. A melhoria apresentada no indicador pode ser explicada pela característica dos processos apresentados no período analisado. Reajustes, repactuações e prorrogações, que permitem uma análise mais célere, responderam por 60% dos processos analisados. Outra questão foi o menor número de processos que aguardaram a assinatura de juízes auxiliares. Os processos que ficaram o maior número de dias na Assessoria referem-se às aquisições de material diverso, que apresentaram dificuldades em sua análise devido à falta de documentos necessários ao andamento dos autos. Percebemos que os colaboradores envolvidos na demanda tinham pouca experiência, sendo necessário maiores esclarecimentos para continuidade das análises.</p> <p>Para a determinação da meta de três dias e meio, foi levado em conta o trabalho no sistema GRP que demanda considerável tempo para testes e entrada em produção como também o resultado de junho que foi bastante</p>														
AÇÕES GERENCIAIS	Analisar a utilidade e efetividade do indicador para a continuidade da medição no próximo exercício, com determinação de meta mais ajustada levando em conta a experiência adquirida pela equipe.														
Responsável pela emissão do relatório:		SGPCF/ASEAC				Responsável (aprovação e divulgação):				ASSESSOR III da ASEAC				Data: 02/01/2025	



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES															
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASPEF	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO					INDICADOR DE PROJETO				INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE			
TEMA	Orçamento e Finanças						OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ							
INDICADOR	Índice de Comprometimento da Receita Própria com Despesas de Custeio						PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-							
FINALIDADE	Acompanhar o comprometimento das receitas com as despesas de custeio das Fontes 1.501.230 e 1.760.232											CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado		
PERIODICIDADE	Quadrimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			x	INDICADOR DE DESEMPENHO			INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE			
FÓRMULA	{(Despesa Liquidada com Custeio no Exercício) (últimos doze meses)/[Receita Própria Realizada no Exercício] (últimos doze meses)}x100											SENTIDO DE MELHORIA		mM	
META	<80%								ORIGEM DOS DADOS			SIAFE - Rio	UNIDADE DE	Porcentagem	
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	Período	2º Quadrimestre (set/2022 a ago/2023)			3º Quadrimestre (jan/2023 a dez/2023)			1º Quadrimestre (mai/2023 a abr/2024)			2º Quadrimestre (set/2023 a ago/2024)				
	Dados	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %		
		1.689.471.096,29	2.849.131.990,29	59,30%	1.770.794.154,62	2.883.379.807,50	61,41%	1.820.853.303,29	2.832.000.831,91	64,30%	1.926.718.473,14	2.729.730.919,40	70,58%		
RESULTADOS NO PERÍODO															
LINHA DE BASE	64,30%														
RESULTADO ATUAL	70,58%														
META	<80%														
ANÁLISE CRÍTICA	<p>De acordo com a evolução do indicador acima, nota-se aumento das despesas de custeio realizadas com os recursos das Fontes 1.501.230 e 1.760.232 nos 1º e 2º quadrimestres de 2024 comparativamente aos dois quadrimestres de 2023. Em relação à Fonte 1.501.230, o panorama do custeio abrange ajustes consecutivos do contrato TJMED de 35% em set/2022, 23,81% em set/2023, 8,14% em set/2024 e do contrato Amil de 12,62% em mai/2022, 18,10% em mai/2023 e 21,96% em mai/2024. Os dois contratos representam, atualmente, mais de 46% de toda a despesa da fonte. Em relação à receita, esta vem apresentando redução desde o 2º Quadrimestre de 2023. O cenário é reflexo da redução da taxa Selic em 3,25 pontos percentuais de set/2022 a ago/2024 conforme o Sistema de Expectativas do BCB, impactando, consecutivamente, no repasse da remuneração dos depósitos judiciais e normalizado pelo Termo Contratual nº 003/252/2022.</p> <p>Em relação à Fonte 1.760.232, o fator de variação principal sobrecaiu sobre o custeio, tendo como relevância o impacto da implementação de novos Programas de residência e mediação judicial iniciados em 2024, além da majoração do custeio com contratos de Tecnologia da Informação com o objetivo de realizar a modernização tecnológica no biênio 2023-2024.</p> <p>Assim, o cenário apresenta uma redução da receita em contrapartida a um aumento de despesa, impactando, assim, na elevação do índice de comprometimento da receita. Cabe observar que, o Comitê de Política Monetária (Copom) vem acelerando a alta da taxa SELIC, o que pode favorecer positivamente o repasse da remuneração dos depósitos judiciais.</p>														
AÇÕES GERENCIAIS	<p>Com a tendência de elevação do índice apresentado no gráfico acima, torna-se fundamental que se mantenha o monitoramento constante do comportamento das variáveis, sobretudo, das despesas de custeio, por se tratar de uma despesa contínua a qual vem sendo impactada, majoritariamente, por despesas contratuais como o TJMED e Amil. Por tanto, o planejamento da despesa e a análise de economicidade das mesmas são ações permanentes. Assim, caso a despesa de custeio siga em evolução, sem a devida correspondência nas Receitas, tal fato poderá requerer ações gerenciais no sentido de contingenciamento de despesas com novos contratos, acréscimos e aquisições.</p>														
Responsável pela emissão do relatório:				Patrícia Roberta P. dos Santos e Raquel A. Lessa de Noronha				Responsável (aprovação e divulgação):				Edilson da Silva Bastos		Data:	13/01/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES															
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASPEF	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO				INDICADOR DE PROJETO				INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO			INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		
TEMA	Índice de gastos com pessoal					OBJETIVO ESTRATÉGICO				Monitorar a despesa com pessoal do PJERJ.					
INDICADOR	Indicador de Despesa de Pessoal					PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE									
FINALIDADE	Monitorar a despesa de pessoal do PJERJ em relação a receita corrente líquida (RCL) do Estado do Rio de Janeiro para que não ultrapasse o limite prudencial de 5,7%.										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado		
PERIODICIDADE	Quadrimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			X	INDICADOR DE DESEMPENHO			INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE			
FÓRMULA	(DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (últimos doze meses)/ RECEITA LÍQUIDA CORRENTE DO ESTADO (últimos doze meses)) x 100										SENTIDO DE MELHORIA		mM		
META	< 5,7% Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal)								ORIGEM DOS DADOS			UNIDADE DE MEDIDA	R\$		
Execução do Indicador até o segundo quadrimestre de 2023	2022	1º quadrimestre/22				2º quadrimestre/22				3º quadrimestre/22				Resultado no Per.	
		DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	%	
		R\$ 2.898.219.787	R\$ 435.174.231	R\$ 91.067.422.329	3,66	R\$ 3.106.455.625	R\$ 327.978.083	R\$ 89.303.759.557	3,85	R\$ 3.345.649.737	R\$ 290.256.161	R\$ 89.631.905.200	4,06	4,06	
	2023	1º quadrimestre/23				2º quadrimestre/23				3º quadrimestre/23				Resultado no Per.	
		DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	%	
		R\$ 3.554.834.002	R\$ 238.542.878	R\$ 88.124.953.387	4,30	R\$ 3.788.392.342	R\$ 391.758.769	R\$ 84.873.412.855	4,93	R\$ 3.921.943.703	R\$ -	R\$ 88.174.564.730	4,45	4,45	
	2024	1º quadrimestre/24				2º quadrimestre/24				3º quadrimestre/24				Resultado no Per.	
		DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	%	
		R\$ 4.094.344.251	R\$ -	R\$ 89.354.294.234	4,58	R\$ 4.249.587.432	R\$ -	R\$ 91.274.590.656	4,66					4,66	
RESULTADOS NO PERÍODO (%)		6,00%													
LINHA DE BASE	4,58														
RESULTADO ATUAL	4,66														
META	< 5,7														
ANÁLISE CRÍTICA	<p>A Despesa Líquida com Pessoal Ativo e Inativo do PJERJ vem apresentando uma elevação em função de alguns fatores, tais como: o reajuste praticado no subsídio dos Magistrados, conforme Lei Federal 14.520, de 09 de janeiro de 2023, que fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal; a última parcela da recomposição inflacionária na remuneração dos Servidores, conforme Lei Estadual nº 9436, de 14 de outubro de 2021 e, em jan/2023, pelo IPCA acumulado do exercício de 2022; a recomposição inflacionária do valor mensal pago a título de Gratificação de Locomoção dos Analistas Judiciários com especialidade execução de mandados (OJAs), conforme decisão presidencial proferida no processo SEI nº 2024-06001571. Além disso, outras medidas adotadas resultaram no aumento da despesa, a exemplo das novas nomeações, tanto em 2023 quanto em 2024, de servidores aprovados no último concurso público, bem como a incorporação na folha de pagamentos do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores, conforme Lei Estadual nº 9.748, de 29 de junho de 2022.</p> <p>Cabe frisar que no período compreendido entre o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2021 e o do 2º quadrimestre de 2023 houve aumento significativo na despesa, pois foi incluída a Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados. A partir do 3º quadrimestre de 2023, em atendimento ao Acórdão TCE nº 036236/2023, o qual permitiu que os recursos da Fonte 104 (compensação financeira pela exploração do petróleo) fossem considerados no cômputo dos valores de inativos com recursos vinculados, e à Lei Estadual nº 192/2021, verificou-se redução percentual da despesa com pessoal.</p> <p>Já no que tange à Receita Corrente Líquida, esta apresentou sucessivos crescimentos desde o 3º quadrimestre de 2023. Este resultado se deve ao aumento nas arrecadações do ICMS, em especial nas atividades de óleo e gás, comércio e energia elétrica, bem como dos Royalties do Petróleo; conforme informações colhidas no Portal de Notícias da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.</p>														
AÇÕES GERENCIAIS	<p>Nota-se que o indicador está em evolução e abaixo da meta estabelecida. É fundamental que se mantenha o monitoramento contínuo de todas essas variáveis, principalmente nos quadrimestres imediatamente subsequentes ao último ora evidenciado e, caso a Despesa Líquida Total com Pessoal siga em evolução sem a devida correspondência na Receita Corrente Líquida, tal fato poderá requerer ações gerenciais no sentido de contingenciamento de despesas com pessoal.</p>														
Responsável pela emissão do relatório:				Raquel A. Lessa de Noronha e Patrícia Roberta P. dos Santos				Responsável (aprovação e divulgação):				Edilson da Silva Bastos		Data:	13/01/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.3 – Indicadores Operacionais

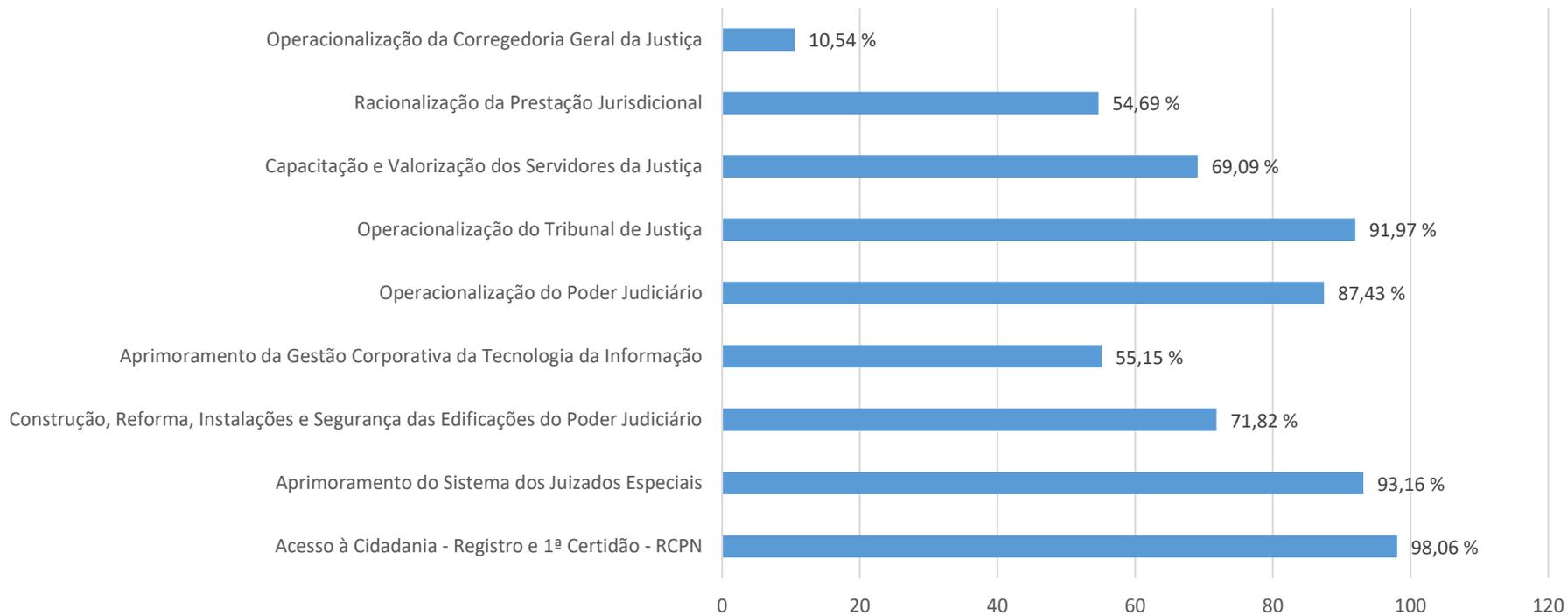
PLANILHA DE INDICADORES														
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.														
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/DEFIN	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		X				
TEMA	EFICIÊNCIA OPERACIONAL			OBJETIVO ESTRATÉGICO										
INDICADOR	INDICADOR DEFIN			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE										
FINALIDADE	MEDIR EFICIÊNCIA DOS PAGAMENTOS DE FATURAS DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO			
PERIODICIDADE	MENSAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	x	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE						
FÓRMULA	Quantidade dentro do prazo * 100 / pelo total de registros										SENTIDO DE MELHORIA	MM		
META	85,00 % (oitenta e cinco por cento)					ORIGEM DOS DADOS	RELATÓRIO INDICADOR DEFIN		UNIDADE DE MEDIDA	%				
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2024	jan-24	fev-24	mar-24	abr-24	mai-24	jun-24	jul-24	ago-24	set-24	out-24	nov-24	dez-24	MÉDIA
		71,00	99,00	98,00	99,00	96,00	98,00	98,00	99,00	99,00	99,00	97,00	98,00	95,92
	2025	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	MÉDIA
	2026	jan-26	fev-26	mar-26	abr-26	mai-26	jun-26	jul-26	ago-26	set-26	out-26	nov-26	dez-26	MÉDIA
														0,00
														0,00
RESULTADOS NO PERÍODO		<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p style="font-size: x-small;">RESULTADO NO PERÍODO - Período: SEMESTRE Fonte: GRP</p> </div> <div style="width: 50%;"> <p style="font-size: x-small;">EVOLUÇÃO DE DESEMPENHO</p> </div> </div>												
LINHA DE BASE														
RESULTADO ATUAL	95,92													
META	85,00													
ANÁLISE CRÍTICA	Podemos observar que no ano de 2024, foi atingida a meta de 85,00 % de processos de fatura pagos dentro do prazo com exceção do mês de janeiro/2024. Esclarecemos que o mês de janeiro/2024 não atingiu a meta estabelecida, tendo em vista o recesso forense que encurta os prazos financeiros e contábeis, antecipando o fechamento dos pagamentos, impactando diretamente no resultado do período.													
AÇÕES GERENCIAIS	Atualização das regras para mediação do segundo semestre de 2024 conforme - IN SEGES/ME 77 de 04/11/2022. Contagem dos prazos a partir da data de liquidação. Parametrização do sistema GRP em conformidade com a norma mencionada. Observação, o DEFIN aumentará a META para 90,00% (noventa por cento) no ano de 2025.													
Responsável pela emissão do relatório: ADRIANA VAN -GEEM ADEODATI					Aprovado (aprovação e divulgação): RODRIGO FERREIRA					Data: 15/01/2025				



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Execução Orçamentária em %

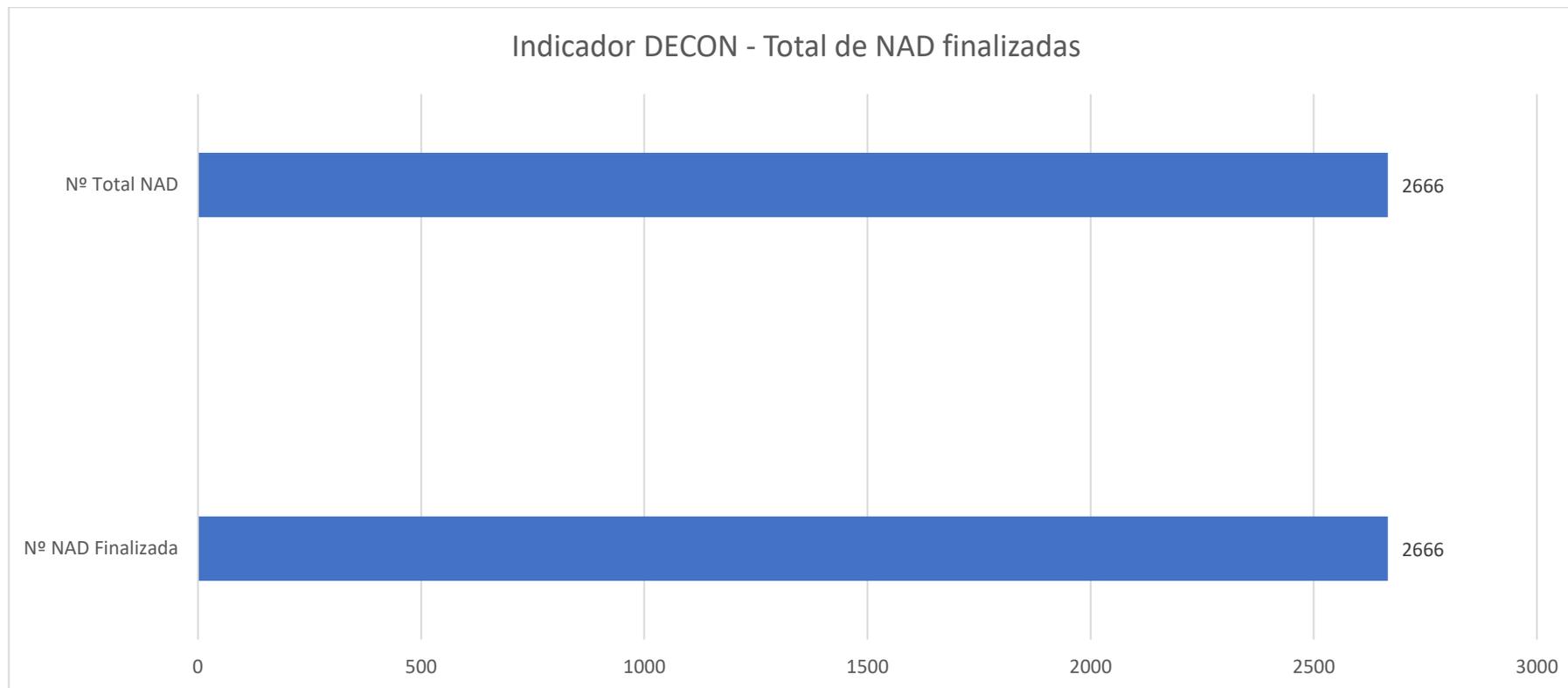


Resultado no período jan. a dez. – 85,86%



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Resultado no período jan. a dez. – 100%